



ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUPRAM ZONA DA MATA - Diretoria Regional de Administração e Finanças

Versão v.20.09.2020.

TERMO DE REFERÊNCIA

DATA	ÓRGÃO SOLICITANTE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRAS
22/06/2022	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1371060

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA
Nome: Dorgival da Silva E-mail: dorgival.silva@meioambiente.mg.gov.br Ramal para contato: (32) 3539-2721	Superintendência Regional de Meio Ambiente - Zona da Mata

1. OBJETO:

O presente termo de referência tem por objeto a aquisição de materiais de construção, hidráulicos e de pintura, sob a forma de entrega integral conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste documento.

LOTE	ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO SIAD	QUANTIDADE	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	DESCRIÇÃO DO ITEM NO CATMAS
1	1	181935	5	1,00 METRO CUBICO	AREIA - TIPO: LAVADA MEDIA;
2	1	147184	20	SACO 50,00 QUILOGRAMA	CIMENTO - TIPO: PORTLAND COMPOSTO; TIPO DO MATERIAL: CP II E32;
3	1	1857428	15	PACOTE 1,00 QUILOGRAMA	ADESIVO PARA REJUNTE/COLAGEM DE PISO - COR: CINZA; TIPO: CIMENTICIO;
4	1	96482	1	1,00 QUILOGRAMA	REBITE - MATERIA-PRIMA: ALUMINIO; MEDIDAS: 3/16 X 1/2 POLEGADA; TIPO DO CORPO: TUBULAR; TIPO DA CABECA: REDONDA;
5	1	1244086	6	1,00 UNIDADE	BARRA DE ROSCA-SEM-FIM - MATERIA-PRIMA: FERRO ROSQUEADA, ACABAMENTO GALVANIZADO; DIMENSOES: 1/2 POLEGADA, COM 01 METRO DE COMPRIMENTO;
6	1	638404	6	1,00 UNIDADE	TUBO NAO METALICO, RIGIDO - MATERIA-PRIMA: PVC; TIPO: SOLDAVEL; DIAMETRO: 150MM; APLICACAO: REDE DE ESGOTO; COMPRIMENTO: 6 METROS;
	2	568554	11	1,00 UNIDADE	TUBO NAO METALICO, RIGIDO - MATERIA-PRIMA: PVC; TIPO: SOLDAVEL; DIAMETRO: 75MM; APLICACAO: REDE DE ESGOTO; COMPRIMENTO: 6 METROS;
	3	710326	16	1,00 UNIDADE	CURVA - MATERIA-PRIMA: PVC; TIPO: SOLDAVEL, LONGA; DIAMETRO NOMINAL: 75MM; ANGULO: 90 GRAUS; APLICACAO: REDE DE ESGOTO;
	4	711810	16	1,00 UNIDADE	REDUCAO - TIPO: EXCENTRICA; ENCAIXE: SOLDAVEL; MEDIDAS: 100 X 75MM; MATERIA-PRIMA: PVC; APLICACAO: ESGOTO;
7	1	119881	1	LATA 25,00 QUILOGRAMA	MASSA CORRIDA - TIPO: PVA-LATEX; APLICACAO: PARA ACABAMENTO DE ALVENARIA;
	2	165581	8	LATA 18,00 LITRO	TINTA PARA USO IMOBILIARIO - TIPO: ACRILICA; ACABAMENTO: SEMIBRILHO; COR: MARFIM; COMPOSICAO: RESINA ACRILICA A BASE DE AGUA; FINALIDADE: ALVENARIA INTERIOR E EXTERIOR; QUALIDADE: PRIMEIRA QUALIDADE;
	3	608289	10	LATA 18,00 LITRO	TINTA PARA USO IMOBILIARIO - TIPO: ACRILICA; ACABAMENTO: FOSCO; COR: BRANCO GELO; COMPOSICAO: ACRILICA A BASE DE AGUA; FINALIDADE: ALVENARIA INTERIOR E EXTERIOR; QUALIDADE: PRIMEIRA QUALIDADE;
	4	698539	1	LATA 18,00 LITRO	TINTA PARA USO IMOBILIARIO - TIPO: ACRILICA; ACABAMENTO: FOSCO; COR: BRANCO NEVE; COMPOSICAO: RESINA ACRILICA A BASE DE AGUA; FINALIDADE: ALVENARIA INTERIOR E EXTERIOR; QUALIDADE: PRIMEIRA QUALIDADE;
	5	892319	10	GALAO 3,60 LITRO	TINTA PARA USO IMOBILIARIO - TIPO: A OLEO; ACABAMENTO: BRILHANTE; COR: PRETA; COMPOSICAO: RESINA ALQUIDICA A BASE OLEO VEGETAL SEMI SECATIVO; FINALIDADE: SUPERFICIES INTERNAS E EXTERNAS MADEIRA/METAL; QUALIDADE: PRIMEIRA QUALIDADE;

1.1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Conforme descrição dos itens retirados do CATMAS, descritos na tabela acima (Item 1).

1.2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO OBJETO:

Não se aplica.

2. DOS LOTES:

2.1. LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

Os itens serão agrupados em lotes, exclusiva a ME (Micro Empresas) e EPP (Empresas de Pequeno Porte), uma vez que o valor total estimado do item de contratação é menor ou igual a R\$80.000,00, conforme dispõe o Decreto 47.437/2018.

No caso de ocorrer alguma das hipóteses do inciso II, do § 1º, do artigo 14 do Decreto 47.437/2018, será designada nova data para a realização da etapa de lances, com a previsão de que a aquisição será aberta a todos os interessados, conforme artigo 15 do mesmo Decreto.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A contratação se faz necessária para sanar os recorrentes casos de infiltração de água da chuva na sala de Protocolo/Recepção. Serão feitas também proteções para as juntas das pingadeiras atualmente instaladas nos prédios da SUPRAM ZM. Estas estruturas se fazem necessárias para vedar a junção entre as pedras de ardósia utilizadas como pingadeira e que atualmente são pontos de infiltração de água da chuva, propiciando o aparecimento de manchas no acabamento externo dos prédios. Esta vedação será realizada através da aplicação de adesivo para rejunte em cada uma das junções das pedras de ardósia identificadas, para impedir o acesso da água às junções.

No prédio inferior, utilizado atualmente pelo administrativo a queda livre da água está sendo direcionada através da gravidade para um ponto em comum aos fundos do prédio causando um processo de voçoroca que pode no futuro avançar em sentido ao prédio e comprometer a sua estrutura. Serão implantados também canos de PVC para o direcionamento da água da calha para um ponto de rede de água pluvial distante a aproximadamente 15 metros do prédio do administrativo evitando assim o direcionamento da água de chuva que incide no telhado para a voçoroca.

No Prédio atualmente utilizado pelo Setor Jurídico está havendo, próximo a porta da cozinha, um afastamento das telhas e dos caibros do telhado em relação a parede onde estão ancorados. Para conter o afastamento serão instaladas barras roscadas nos caibros e na parede suporte impedindo assim a continuidade do processo.

Com relação as estruturas de alvenaria, foram constatadas paredes com pedaços descascados, sem tinta e sem reboco, propiciando o acúmulo de umidade e o aparecimento de regiões com mofo. Também foram constatados pontos sem pintura e com ferrugem nas janelas e estruturas de metálicas que compõe as edificações. Será necessária a realização de nova pintura nas alvenarias e nas janelas a fim de se eliminar os pontos de surgimento de mofo e de ferrugem, para transformar o ambiente mais saudável e evitar a degradação das estruturas pelas intempéries. Sendo assim será necessária a aquisição de tintas e demais materiais pertinentes.

4. JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE

Esta contratação dar-se-á por meio de Cotação Eletrônica de Preços - COTEP que permite a participação de empresas que atuam no ramo pertinente ao objeto, assim como na modalidade de licitação "Pregão Eletrônico", no entanto com um custo para a realização da compra bem menor, o que necessariamente deve ser considerado. A licitação terá a participação exclusiva de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, nos termos do Decreto nº 47.437/2018 e pela Lei Federal 8.666/93.

A Diretoria Regional de Administração e Finanças da Zona da Mata, registrará o processo de compras no portal com antecedência de 02 (dois) dias úteis, visando propiciar prazos para as empresas fornecedoras atualizarem seus dados no Portal, bem como se inteirar deste Termo de Referência. Estes procedimentos visam atender aos princípios da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme dispõe o artigo 37 da Constituição Federal/88.

O valor estimado para aquisição do objeto, atende ao limite determinado no art. 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93.

A empresa vencedora do certame será aquela que tiver menor preço por lote e que tiver plenas condições de fornecer o serviço conforme condições pré-estabelecidas neste Termo de Referência, e atender a todas as exigências legais da Administração Pública do Estado de Minas, devendo estar devidamente cadastrada como fornecedora no Portal de Compras e com a documentação em vigor desde a fase de Cotação Eletrônica de Preços até o efetivo pagamento do objeto ora adquirido.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade dos objetos a serem adquiridos, considerando que as empresas que atuam no mercado, têm condições de fornecer os bens de forma independente.

6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. A documentação de habilitação mínima a ser exigida, conforme disposto no art. 6º, da Resolução SEPLAG nº106, de 14 de dezembro de 2012, será:

6.1.1. no caso de pessoa física:

6.1.1.1. carteira de identidade ou outro documento equivalente do representante do fornecedor;

6.1.1.2. Cadastro de Pessoa Física – CPF – do representante do fornecedor; e

6.1.1.3. comprovante de residência.

6.1.2. no caso de pessoa jurídica:

6.1.2.1. documentação relativa à habilitação jurídica;

6.1.2.2. prova de inscrição Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

6.1.2.3. prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

6.1.2.4. prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

6.1.2.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT – nos termos do Título VII A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.1.2.6. prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do respectivo Estado onde está instalada a pessoa jurídica;

6.1.2.7. prova de regularidade perante a Fazenda Estadual de Minas Gerais; e

6.1.2.8. prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, do respectivo município onde está instalada a pessoa jurídica, na hipótese de contratação de prestação de serviços.

6.1.3. Os documentos relacionados nos itens 6.1.1 e 6.1.2 que já tenham sido apresentados no CAGEF poderão ser comprovados por meio do Certificado de Registro Cadastral – CRC, conforme disposto no Decreto nº 45.902, de 2012.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Não se aplica, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido.

8. CRITÉRIOS DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

Propostas comerciais serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

9. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

9.1. Da amostra:

- 9.1.1. Não será exigida a apresentação de amostras.

10. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

10.1. Prazo de Entrega:

10.1.1. Até **10 (dez) dias úteis** contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

10.1.2. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o fornecedor do produto poderá solicitar prorrogação da entrega, ficando a cargo da área demandante aceitar a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento da rede.

10.2. Do Local e Horário de Entrega:

10.2.1. Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço: Rodovia Ubá-Juiz de Fora, KM 02, Horto Florestal, Ubá - MG, CEP 36.500-970, no horário de 08h00 às 17h00.

10.3. Condições de recebimento:

10.3.1. Os produtos serão recebidos:

10.3.1.1. Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, oportunidade em que se observarão apenas as informações constantes da fatura e das embalagens, em confronto com a respectiva nota de empenho;

10.3.1.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.

10.3.2. O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.

10.3.3. O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD/SUPRAM Zona da Mata, não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se a Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º8.078/90.

10.4. Cronograma físico-financeiro:

10.4.1. Não se aplica.

11. DO PAGAMENTO:

11.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até **30 (trinta)** dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplimento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.

11.2. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se a contagem a partir da data em que essas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

12. DO CONTRATO:

Entrega Imediata:

O instrumento contratual será substituído por nota de empenho/autorização de fornecimento emitida pelo Portal de Compras/MG. Então, não se aplica contrato, uma vez que a entrega será única e integral, considerada aquela com prazo inferior a 30 dias e que não gere obrigação futura.

13. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA:

13.1. Considerando que este processo trata-se de aquisição de materiais com entrega única, não se aplica a condição de designação de agente para acompanhamento e fiscalização de contrato; porém o adquirente no uso das prerrogativas cabíveis, realizará a verificação da conformidade do material com a especificação, bem como das informações constantes da fatura e das embalagens, em confronto com a respectiva nota de empenho e demais requisitos e exigências do processo, conforme estabelecido no item 9 deste Termo de Referência.

13.2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

13.3. A verificação de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

13.4. O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

13.5. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial, que possibilite a aplicação das sanções previstas neste instrumento, deverão ser observadas as disposições do art. 40 (e seguintes) do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012.

13.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos agentes verificadores serão encaminhadas à autoridade competente da ADQUIRENTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. A despesa referente ao presente exercício, será acobertada pela Dotação Orçamentária expressa na Declaração de Disponibilidade Orçamentária, juntada ao presente processo.

14.1.1. Dotação Orçamentária: 1371.04.122.705.2500.0001.3390.30.21.0.29.1

15. DAS GARANTIAS:

15.1. Garantia financeira da execução:

15.1.1. Não será exigida garantia financeira da execução para este objeto.

15.2. Garantia do produto/serviço: fabricante, garantia legal ou garantia convencional

15.2.1. Garantia legal estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) de (30 dias - produtos não-duráveis) ;(90 dias - produtos duráveis) a partir da data de recebimento do produto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO:

Não se aplica.

17. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

17.1. Da Contratada:

- 17.1.1. Fornecer os produtos nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento.
- 17.1.2. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao CONTRATANTE para ateste e pagamento.
- 17.1.3. Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado.
- 17.1.4. Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os itens em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.
- 17.1.5. Assegurar ao CONTRATANTE o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento.
- 17.1.6. Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos materiais, responsabilizando-se pelo transporte, acondicionamento e descarregamento dos materiais.
- 17.1.7. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.
- 17.1.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência.
- 17.1.9. Não transferir para o CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Termo de Referência.
- 17.1.10. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 17.1.11. Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do objeto contratado.
- 17.1.12. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;

17.2. Da Contratante:

- 17.2.1. Acompanhar e fiscalizar os serviços, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.
- 17.2.2. Rejeitar, no todo ou em parte os itens entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA.
- 17.2.3. Comunicar a CONTRATADA todas as irregularidades observadas durante o recebimento dos itens solicitados.
- 17.2.4. Notificar a CONTRATADA no caso de irregularidades encontradas na entrega dos itens solicitados.
- 17.2.5. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais/serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 17.2.6. Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.
- 17.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 17.2.8. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.
- 17.2.9. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.
- 17.2.10. Disponibilizar local adequado para a realização do serviço.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual n.º 14.167, de 10 de janeiro de 2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, E no Decreto Estadual nº 48.012, de 22 de julho de 2020, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 18.1.1. advertência por escrito;
 - 18.1.2. multa de até:
 - 18.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;
 - 18.1.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entrega do objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas ;
 - 18.1.2.3. 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.
 - 18.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
 - 18.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da lei 10.520, de 2002;
 - 18.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 18.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 18.1.1, 18.1.3, 18.1.4, 18.1.5.
- 18.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo INFRATOR e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.
- 18.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei 8.666, de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 2002.
- 18.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
 - 18.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.
- 18.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.
- 18.7. As sanções relacionadas nos itens 18.1.3, 18.1.4 e 18.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e no Cadastro Geral de Fornecedores no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo de Minas Gerais - CAGEF.

18.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

18.8.1. Retardarem a execução do objeto;

18.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

18.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

18.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

19.1. Procedeu-se à consulta de mercado junto a, no mínimo, 03 (três) fornecedores dos objetos a serem adquiridos, conforme Resolução Conjunta SEPLAG/CGE nº 9.447, de 15 de Dezembro de 2015, para verificação dos preços e estimativa dos custos, conforme orçamentos anexados a este processo.

19.2. O custo estimado da contratação é de R\$ 14.432,43 (quatorze mil, quatrocentos e trinta e dois reais e quarenta e três centavos).

19.3. Os orçamentos para a elaboração do preço de referência, foram coletados, conforme anexos: 48665166, 48665178, 48665196, 48665274 e 48665274, deste processo, além de orçamentos coletados através do módulo Melhores Preços do Portal de Compras MG.

20. ASSINATURAS

20.1. **Responsável pela elaboração do Termo de Referência:** Leandro Padua de Oliveira - MASP: 1.403.417-7

20.2. **Autorizações:**

20.2.1. **Do ordenador de Despesas:**

APROVO o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Silvia Cristiane Lacerda Barra - Masp 1.167.076-7

Diretora Regional de Administração e Finanças - Zona da Mata / SEMAD

Ordenador de Despesas - Resolução SEMAD nº 3115, 29 DE DEZEMBRO DE 2021

20.2.2. **Da Autoridade Competente:**

AUTORIZO a abertura do processo licitatório oriundo do presente termo de referência criado por esta unidade.

Dorgival da Silva – Masp 1.148.513-3

Superintendente Regional de Meio Ambiente - Zona da Mata / SEMAD

Autoridade Competente - Resolução SEMAD nº 3115, 29 DE DEZEMBRO DE 2021



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Padua de Oliveira, Servidor(a) Público(a)**, em 04/07/2022, às 08:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dorgival da Silva, Superintendente**, em 04/07/2022, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Cristiane Lacerda Barra, Diretora**, em 04/07/2022, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **48484918** e o código CRC **BBD66F53**.